

# Votação vira prévia de julgamento

## Opinião pública pode fazer senadores aprovarem abertura de processo

• BRASÍLIA. A tese dos defensores de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de que o relatório do senador Saturnino Braga (PSB-RJ) não deveria indicar punição, tem apoio dentro do conselho, tanto que esta sugestão foi feita ao relator por senadores do PMDB, do PSDB e do PT. Mas, agora que foi proposta a cassação, os senadores afirmam que não há condições políticas de votar contra o relatório, mesmo que formalmente a votação só decida a abertura do processo. A votação de hoje virou uma espécie de prévia so-

bre quem está ou não ao lado de Antonio Carlos.

— Vou votar a favor do relatório, fazendo a ressalva de que é pela abertura do processo — disse o senador Amir Lando (PMDB-RO).

— Nós não estaremos votando a cassação, vamos votar pela abertura do processo por quebra de decoro parlamentar. Há indícios suficientes para a abertura do processo e o relatório deveria ser aprovado por unanimidade — afirmou o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

As manifestações da opinião pública, que continuam chegando em milhares de e-mails e em manifestações de rua, também pressiona o Conselho de Ética pela aprovação do relatório. Mesmo aqueles senadores que tendam a considerar a cassação uma punição excessiva, e que tenham ficado sensibilizados pelos apelos de Antonio Carlos de que seria muito duro para ele uma suspensão do mandato por três meses, consideram difícil votar por uma pena mais leve numa votação aberta.

— Há um apelo forte lá fora pela cassação e um apelo forte aqui dentro pela suspensão. É difícil votar contra o relatório — disse o senador Osmar Dias (PSDB-PR).

A aprovação do relatório de Saturnino era dado como certa até mesmo pelo PFL e pelos carlistas. Antonio Carlos deve ter no máximo os cinco votos pefelistas. O senador José Roberto Arruda será substituído por Antero de Barros (PSDB-MT), defensor da abertura do processo de cassação contra Antonio Carlos e Arruda. ■